

ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes



DESTAQUE



nº 295 | maio '18

Trimestral | 0,6€



"Penso que é reconhecido por todos a importância, o peso e o poder que a comunicação social tem hoje em dia na construção e transformação das sociedades actuais, diria mesmo que tem muitas vezes a capacidade de transformar realidades.

Se é verdade que muitas vezes isso possa acontecer de forma menos positiva, continuamos também a acreditar que o seu objectivo básico e fundamental é informar e com isso contribuir para a transformação e formação de uma sociedade mais justa e inclusiva."

- Intervenção de Ana Sezudo na Cerimónia de entrega do Prémio Dignitas

Prémios Dignitas 2017

Depois de um ano de interrupção a APD voltou a organizar o Concurso para atribuição do Prémio Dignitas com que se distinguiram seis peças de jornalismo, desta vez com o patrocínio da Vodafone. A cerimónia de entrega dos prémios decorreu na Assembleia da República, sendo presidida pela Vice-Presidente da AR, Deputada Teresa Caeiro, em representação de sua Excelência, o Presidente da AR, Ferro Rodrigues. Na sua intervenção, a Presidente da APD, Ana Sezudo, realçou a importância e a responsabilidade da Comunicação Social na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Foi, também, a prossecução deste objetivo que levou a APD a integrar a Comissão preparatória das Comemorações do 25 de Abril e a manifestação que, em Lisboa, desfilou do Marquês de Pombal até ao Rossio. Aumentar a participação das pessoas com deficiência no desporto adaptado continua a ser uma aposta da APD, consciente da importância do desporto na realização pessoal, com qualidade de vida. A participação entusiasta

e muito aplaudida dos atletas da APD, que fizeram uma demonstração de desporto adaptado ao longo do desfile do 25 de Abril, em Lisboa, constitui uma clara manifestação dessa importância.

"Dar voz a quem não tem voz" levou o Jornal Associação a ir desta vez até à Amadora, entrevistar Adriana Serqueira, que nos conta as dificuldades de uma pessoa com deficiência, no seu dia-a-dia, sobretudo se for pobre e se estiver isolada, sem o apoio solidário de uma instituição, como a APD. As pessoas com deficiência continuam a enfrentar dificuldades de várias ordens. Algumas são, porventura, mais difíceis de ultrapassar porque se prendem com preconceitos e comportamentos psicossociais. Outras seriam mais fáceis porque dependem da vontade política, inclusive a de fazer aplicar efetivamente Leis há muito aprovadas, como é o caso dos produtos de apoio e das acessibilidades. Nos dois casos o não cumprimento da Lei reside num emaranhado burocrático-administrativo que desresponsabiliza o Estado.

Compete-nos denunciar as situações de não cumprimento da Lei. Por isso apelamos a todos os associados da APD e aos cidadãos, em geral, que ajudem a essa denúncia informando a APD sobre as situações de incumprimento de que sejam vítimas ou de que tenham conhecimento. Festejar o 25 de Abril é, também, comemorar o fim da guerra das colónias com o seu cortejo de dramas que atingiu milhares de famílias e deixou milhares de jovens deficientes. Abril e Maio são meses em que se recordam todos os combatentes pela liberdade, pela democracia e pela paz, três conquistas essenciais da humanidade em risco de se perderem pela ganância de alguns e pelo egoísmo e a indiferença de outros. Ao fecho da edição, a tragédia dos palestinos não nos pode deixar indiferentes. Nada justifica que um país festeje a sua criação massacrando um povo. Por isso, a APD foi uma das organizações signatárias do Apelo à participação em atos públicos de solidariedade com a Palestina e à paz no Médio Oriente.

9.ª edição do Prémio Dignitas distingue Mariana Correia Pinto, do jornal Público

Pág. 3

Entrevista a Adriana Serqueira revela outros aspectos das vidas das pessoas com deficiência

Pág. centrais

Dia da Segurança Social foi um dia para falar da inclusão universal

Pág. 6

A APD pugna pela verdade desportiva em todas as vertentes do desporto

Pág. 8

LEGISLAÇÃO

Portaria n.º 36/2018

Diário da República n.º 19/2018, Série I de 2018-01-26

Determina que as medidas de tratamento de doentes com ictiose beneficiam de um regime excecional de comparticipação

Portaria n.º 41/2018

Diário da República n.º 23/2018, Série I de 2018-02-01114618020

Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março

Declaração de Retificação n.º 4/2018

Diário da República n.º 31/2018, Série I de 2018-02-13

Retifica a Portaria n.º 23/2018, de 18 de janeiro, das Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2018, publicada no Diário da República, n.º 13, 1.ª série, de 18 de janeiro de 2018

Portaria n.º 52/2018

Diário da República n.º 37/2018, Série I de 2018-02-21

Procede à atualização do valor de referência do RSI para 2018

Portaria n.º 53/2018

Diário da República n.º 37/2018, Série I de 2018-

02-21

Procede à atualização do valor de referência do CSI para 2018

Portaria n.º 56/2018

Diário da República n.º 39/2018, Série I de 2018-02-23

Normas técnicas para processamento dos descontos da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas

Resolução da Assembleia da República n.º 55/2018

Diário da República n.º 41/2018, Série I de 2018-02-27

Recomenda ao Governo que agilize os processos de avaliação de dispositivos e equipamentos para controlo e tratamento da Diabetes Mellitus

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 7/2018/M

Diário da República n.º 41/2018, Série I de 2018-02-27

Recomenda ao Governo da República o reconhecimento da síndrome de Burnout como acidente de trabalho

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/M

Diário da República n.º 42/2018, Série I de 2018-02-28

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira

Decreto-Lei n.º 16/2018

Diário da República n.º 47/2018, Série I de 2018-03-07

Cria o grupo de recrutamento da Língua Gestual

Portuguesa e aprova as condições de acesso dos docentes da Língua Gestual Portuguesa ao concurso externo de seleção e recrutamento do pessoal docente.

Lei n.º 14/2018

Diário da República n.º 55/2018, Série I de 2018-03-19

Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento e reforça os direitos dos trabalhadores, procedendo à décima terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

Portaria n.º 210/2018

Diário da República n.º 61/2018, Série II de 2018-03-27

Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição eletrónica de medicamentos a utentes em regime de ambulatório hospitalar no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Resolução da Assembleia da República n.º 95/2018

Diário da República n.º 68/2018, Série I de 2018-04-06

Recomenda ao Governo a avaliação do cumprimento do direito dos utentes ao acompanhamento nas instituições do Serviço Nacional de Saúde

Portaria n.º 96/2018

Diário da República n.º 68/2018, Série I de 2018-04-06

Primeira alteração à Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro, que aprova o Regulamento do Transporte de Doentes

Resolução da Assembleia da República n.º

111/2018

Diário da República n.º 75/2018, Série I de 2018-04-17

Recomenda ao Governo a constituição de um grupo de trabalho para calendarizar medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos por parte da comunidade surda

Parecer n.º 7/2018 –

Diário da República n.º 81/2018, Série II de 2018-04-26

Educação - Conselho Nacional de Educação
Parecer sobre regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Portaria n.º 111/2018

Diário da República n.º 81/2018, Série I de 2018-04-26

Altera as Portarias n.os 1427/2007, de 2 de novembro, 284/2016, de 4 de novembro, e 92-E/2017, relativas à atividade da dispensa de medicamentos ao domicílio e através da Internet e ao regime de comparticipação dos dispositivos médicos.

Resolução da Assembleia da República n.º

121/2018

Diário da República n.º 88/2018, Série I de 2018-05-08

Recomenda ao Governo que disponibilize aos doentes com atrofia muscular espinhal os tratamentos e o acompanhamento mais adequados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Notícias de Abril

3 de Abril – A convite do CPPC, a APD participou numa reunião para discussão de uma tomada de posição sobre a próxima Cimeira da NATO, que se vai realizar nos próximos dias 11 e 12 de Julho, em Bruxelas, tomando em consideração as atuais situações de guerra e a ameaça de uma guerra entre potências nucleares que, a concretizar-se, poria em risco a sobrevivência da Humanidade.

Na reunião foi discutido um documento que conclama as organizações não-governamentais a apelarem às autoridades portuguesas a pugnar pela dissolução da NATO e pela abolição das armas nucleares e por outras armas de destruição massiva, no cumprimento pelos princípios consagrados pela Constituição da República Portuguesa e pela Carta das Nações Unidas: respeito pela soberania, independência e resolução pacífica dos conflitos entre Estados.

5 de Abril - O Grupo Parlamentar do PAN solicitou uma reunião à APD para conhecer a posição da APD sobre ausência de legislação que obrigue os transportes suburbanos a assegurarem a acessibilidade dos seus autocarros, com vista à apresentação de uma proposta legislativa.

O PAN solicitou também informação sobre a posição da APD relativamente à aplicação da quota de emprego no setor privado.

6 de Abril- A convite do MDM, a vogal Helena Rato participou na Tribuna Pública - A saúde não é um negócio, onde apresentou algumas das preocupações da APD no que concerne o acesso atempado a cuidados de saúde de qualidade das pessoas com deficiência, assim como as gritantes carências em termos de apoio domiciliário e, ainda, a quase inexistente rede de apoio de cuidados continuados no caso das pessoas com deficiência no âmbito do conhecimento.

17 de Abril – A convite da Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República a APD esteve presente na Audição Parlamentar “A Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal”. A audição teve a participação do Presidente da Assembleia da República, da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, de Ana Pelaez que foi membro do Comité da ONU para os Direitos das Pessoas com Deficiência e relatora das conclusões finais sobre o relatório inicial de Portugal relativo à implementação da Convenção, em Portugal. Paula Campos Pinto, Presidente do Mecanismo Nacional para a Monitorização

da Implementação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, assim como de representantes dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS e do PCP. A APD registou, com agrado, o compromisso assumido pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Ferro Rodrigues, de fazer auditar a aplicação efetiva de toda a legislação e outras deliberações aprovadas na AR sobre as pessoas deficientes e a problemática envolvente.

24 de Abril – A APD participou na 1.ª reunião da Comissão da Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, convocada pela Secretária de Estado da Inclusão de Pessoas com Deficiência, Dra. Ana Sofia Antunes, e Presidente da referida Comissão. Entre as principais questões a serem tratadas pela Comissão, as Associações presentes focaram o não cumprimento da legislação sobre acessibilidades como um problema essencial a ser resolvido.

25 de Abril – A APD juntou-se aos milhares de pessoas que desfilaram do Marquês de Pombal ao Rossio e encheram a Avenida da Liberdade de cor e alegria.

2 de Maio – A APD recebeu na sua Sede em Lisboa uma delegação da Juventude Popular, tendo sido abordadas várias questões com destaque para a falta de acessibilidades que as pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada sentem diariamente.



9.ª edição do Prémio Dignitas

“A “vida normal dos Cottim, uma família com a voz nas mãos” reportagem de Mariana Correia Pinto do jornal Público foi distinguida com o Prémio Dignitas 2017.

A “vida normal” dos Cottim, uma família com a voz nas mãos” - O P 3, plataforma digital do PÚBLICO, acompanhou os Cottim nas suas rotinas, uma família onde mãe, pai e dois filhos são surdos. Mas que têm uma “vida normal”, dizem eles a derrubar barreiras. Como é viver num mundo de silêncio? Que dificuldades enfrentam? E que língua é esta e de que forma contribui para a formação da identidade dos surdos?

O Júri, constituído pelo Doutor Jorge Matos da Associação Portuguesa de Deficientes, pela Professora Anabela de Sousa Lopes da Escola Superior de Comunicação Social, pelo Doutor Manuel de Azevedo Coutinho da Amnistia Internacional e pelo Professor David Rodrigues e pela atriz Maria do Céu Guerra, personalidades designadas, distinguiu ainda os seguintes trabalhos:

“Anda Jenny” da jornalista Bárbara Baldaia da TSF, Prémio Dignitas Rádio.

“Corre Paulinho Corre” da jornalista Sara Dias Oliveira da Notícias Magazine, Prémio Dignitas Imprensa.

“Vida sem Limites” da estudante Marta Ferreira da Escola Superior de Comunicação Social, Prémio Dignitas Jornalismo Universitário.

“Autismo. A Música ajuda-os a sair da Concha” da jornalista Liliana Corona da Rádio Renascença Menção Honrosa Rádio

Olhos que ouvem, mãos que falam” da estudante Nadine Gil da Escola Superior de Comunicação Social, Menção Honrosa Jornalismo Universitário.

A cerimónia de entrega da 9.ª edição do Prémio Dignitas decorreu no Auditório António de Almeida Santos na Assembleia da República, no dia 8 de Maio. A Mesa foi constituída pela Vice-Presidente da AR, Deputada Teresa Caeiro em representação do Presidente da AR, pela Presidente da Direção Nacional da APD, Dra. Ana Sezudo, pelo Presidente da Direção da ESCS, Prof. Doutor Jorge Veríssimo, pela Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Dra. Sofia Branco e pela Vice-Presidente da Direção da Amnistia Internacional, Dra. Patrícia Filipe.



Notícias da Assembleia da República

A Assembleia da República discutiu propostas de Projetos- Lei e aprovou recomendações ao Governo sobre o reforço do apoio aos cuidadores informais e às pessoas em situação de dependência, em Março de 2018.

Em Maio, foram aprovadas recomendações ao Governo para melhorar a empregabilidade das pessoas com deficiência e promover a avaliação da atual situação de emprego dessas pessoas na Administração Pública.



EDITORIAL

A propósito do 25 de Abril e da batalha de La Lys

No dia 25 de Abril comemorámos 44 anos da Revolução que nos trouxe a Liberdade para criar uma sociedade democrática e acabar com a guerra colonial. Esta guerra, imposta por um regime ditatorial, sacrificou inutilmente toda uma geração - mais de 90% da juventude masculina que, durante 14 anos, foi chamada a pagar um elevadíssimo preço. Segundo os dados oficialmente conhecidos e, em números redondos, do lado português a guerra colonial provocou 9000 mortos, 100.000 feridos dos quais 30.000 gravemente de que resultaram 14.000 pessoas com deficiência física e tendo ficado psicologicamente afetados 140.000 ex-combatentes.

O Movimento das Forças Armadas – MFA, que desencadeou a Revolução dos Cravos, tinha como objetivos Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Três objetivos intrinsecamente ligados. Com efeito, foi a ausência de democracia que conduziu à guerra colonial e esta transformou-se num entrave ao desenvolvimento, chegando a absorver 33% do Orçamento do Estado. Antes, no início do séc. XX, a participação de Portugal na I Guerra Mundial foi, também, um fator de subdesenvolvimento e de empobrecimento da generalidade da população, gerando uma situação de descalabro económico-social que acabou desembocando na Ditadura. No Observador, edição de 8 de Dezembro de 2015, José Carlos Fernandes refere que houve 7000 a 8000 portugueses mortos em combate, nas trincheiras da França e, sobretudo, nos combates em África. Entretanto, em Portugal, era a pobreza e a miséria que ceifavam mais vidas: 82.000 mortos pela fome e 138.000 pela gripe espanhola.

Com grande pompa e circunstância, o Presidente da República e o Primeiro-ministro foram a França enaltecer o sacrifício maior dos soldados portugueses trucidados na batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918. Mal alimentados, mal vestidos e mal preparados, os soldados portugueses eram na sua grande maioria camponeses iletrados, atirados para uma guerra feroz, travada num país para eles desconhecido, e que não compreendiam. Guerra travada em nome de uma entidade mítica, a Pátria, quando a principal causa que levou o Governo português a pugnar pela participação oficial do país na I Guerra Mundial foi assegurar a continuação do império colonial em África.

A guerra em África começou logo em 1914, tendo-se travado no sul de Angola e norte de Moçambique contra tropas alemãs, mas também contra as populações africanas. Foi uma guerra particularmente violenta e mortífera, em que às mortes em combate se acrescentavam as mortes por doença, subnutrição, ataque de animais ferozes e mordidas de serpentes venenosas. Conforme nos conta Manuel de Carvalho, autor do livro “A Guerra que Portugal quis esquecer” da Porto Editora, “para os soldados portugueses, na sua esmagadora maioria provenientes das aldeias do interior, o Norte de Moçambique aparecia-lhes como uma terra inóspita, maldita...”. Em suma, embora tenha havido seguramente atos de bravura, os portugueses viveram e sentiram a I Guerra Mundial como uma tragédia. Salazar sabia-o e por isso um dos principais feitos que lhe eram atribuídos foi o de ter mantido Portugal fora da II Guerra Mundial. Decisivamente, os portugueses preferem a Paz à Guerra!

A Paz é um bem supremo porque é um bem público coletivo que protege todos e cada um da violência extrema da guerra. Foi esse entendimento que os deputados eleitos nas primeiras eleições, verdadeiramente democráticas, possibilitadas pelo 25 de Abril, tiveram ao elaborar a Constituição da República Portuguesa, designadamente no seu artigo 7.º onde se afirma que Portugal se rege pela “solução pacífica dos assuntos internacionais” e se preconiza “o desarmamento geral, simultâneo e controlado”, assim como “a dissolução dos blocos político-militares”.

Helena Rato



Dar voz a quem não tem voz

Entrevista a Adriana Sequeira

O melhor que me aconteceu foi quando arranjei um emprego

Conheci Adriana em Março de 2018, no decurso duma reunião da Direção Nacional da APD. Pequenina e com traumas físicos evidentes provocados pela poliomielite, que a afetou aos 13 anos de idade, emana dela uma força e alegria de viver que a destaca e levou o Jornal Associação a ir até à Delegação da Amadora para conhecer a sua história de vida e tornar-se eco da sua luta e preocupações.

Adriana Sequeira nasceu em 1964 na Ilha de Santiago, Cabo Verde. Além de Adriano, seu irmão gémeo, Adriana tem mais oito irmãos. Quando a poliomielite a atacou, em Cabo Verde não havia condições para se tratar. Veio, então, para Lisboa, viver com dois irmãos mais velhos. Dos treze anos que se seguiram Adriana recorda sobretudo as dores e as muitas hospitalizações quer em Santa Maria quer em S. José. Dores violentas e contínuas que acompanhavam a

deformação dos ossos. A poliomielite provocou o encurtamento da perna esquerda em sete centímetros mas, também, lhe apanhou a parte lombar, provocando uma escoliose da coluna que a faz andar curvada e diminui a capacidade respiratória, por obstrução pulmonar.

Ainda em Cabo Verde, a doença obrigou-a a abandonar a escola. Já em Portugal, procurou retomar os estudos, mas as terríveis dores que sentia não lhe

permitiram continuar. Contudo, em 1984, com 20 anos, decidiu lutar. Inscreveu-se na escola para adultos, em horário pós-laboral e durante o dia frequentava uma escola de formação profissional. Sempre com dores, conseguiu fazer o 12.º ano e inscrever-se na Universidade em 2007. Tinha, então, 43 anos!

A conversa do Associação com Adriana foi longa, porque Adriana tem muitas histórias para contar. Eis alguns dos pontos altos, relatados em discurso direto.

JA (Jornal Associação) – Adriana, quais foram os acontecimentos mais marcantes da sua vida?

Adriana – Foi quando comecei a trabalhar. Essa é a melhor coisa que me aconteceu.

JA – Pode-nos contar?

Adriana – Depois de ter terminado o Curso de Serviço Social, no âmbito da formação profissional do CIDEF (Centro de Inovação para Pessoas com Deficiência), fui fazer um estágio no Instituto Superior de Serviço Social, que ficava no Campo de Santana, em Lisboa. Isto foi no ano letivo 1999-2000, tendo sido em seguida encaminhada para a Faculdade de Ciências, na Cidade Universitária, onde fiquei a trabalhar no GAPS (Gabinete de Apoio Psicológico e Social aos Alunos). Este trabalho era muito estimulante e enriquecedor do ponto de vista socioprofissional.

Além disso, o facto de ter um emprego com salário regular e certo permitiu-me comprar casa, o que foi fundamental para a minha independência pois, até

aí, estava obrigada a viver em casa dos meus irmãos. Também comprei um carro, indispensável para me poder deslocar da Amadora até ao local de trabalho e aí chegar a tempo e horas!

JA – E o encontro com a APD, como foi? A APD tem tido importância na sua vida?

Adriana – Descobri a APD uma vez que passava por aqui, pela sede da Delegação APD- Amadora, e reparei no letreiro com o anúncio. Entrei, informei-me sobre a Associação e fiz-me sócia. Desde então tenho colaborado porque gosto de ajudar. Fui eleita para a Direção da APD, onde ocupo o lugar de Secretária desde há uns seis anos.

Sim, para mim, a APD tem tido muita importância. Foi a APD que me encaminhou para conseguir comprar a casa, com custo controlado, através do apoio da Câmara Municipal da Amadora. Também participo nas atividades que a APD - Amadora desenvolve no âmbito do Projeto AmaSénior da Câmara Municipal: informática, atelier de flores, ginástica adaptada; mais precisamente, tenho tido aulas de psicomotricidade no Polidesportivo do Monte da Galega. Além disso, tenho frequentado sessões de natação em piscina adaptada, através das inscrições que a APD faz junto da Câmara.

JA – Adriana, fale-me agora dos seus problemas.

Adriana – O meu principal problema é estar desempregada e não encontrar apoios para arranjar outro emprego.

JA – Como e quando ficou



desempregada? A Adriana estava contente com o seu emprego na Faculdade de Ciências, o ambiente era bom, o seu trabalho era útil e os seus superiores apreciavam-no e por isso o seu contrato foi renovado pelo menos uma vez, creio...

Adriana – Sim, o meu contrato foi renovado uma vez. Mas, em 2008, não voltaram a renová-lo. Não fui a única, houve outros colegas na mesma situação. A explicação dada foi a necessidade de reduzir custos com o pessoal por causa da crise.

JA – Mas agora já não estamos em crise e a Adriana continua desempregada. Como explica?

Adriana – A crise foi muito má para as pessoas com deficiência. Os que tinham emprego perderam-no, como foi o meu caso, e os que não estavam a trabalhar não conseguiram mais emprego, porque a falta de oportunidades leva à falta de confiança, à desmotivação e ao aumento da discriminação. Há muitos obstáculos

A crise foi muito má para as pessoas com deficiência. Os que tinham emprego perderam-no, como foi o meu caso(...). A falta de oportunidades leva à falta de confiança, à desmotivação e ao aumento da discriminação. Há muitos obstáculos e poucos apoios para arranjar emprego.

e poucos apoios para arranjar emprego.

JA – Então e o IEFP não faz nada? E o CIDEF?

Adriana – Só através dos Centros de Formação Profissional é possível arranjar emprego. Em Lisboa a Camara Municipal tem um programa de apoio às pessoas com deficiência, o OED. Mas este programa só é para as pessoas que vivem em Lisboa! Na Amadora não há nada, neste âmbito. Durante algum tempo tivemos apoio do Banco Alimentar. Isso era muito bom, porque as dificuldades são muitas. Mas agora essa ajuda também acabou.

JA – Adriana, sei que teve uma intervenção cirúrgica delicada e que tem tido alguns problemas com as ajudas técnicas. Quer falar sobre isso?

Adriana – Sim, em 2016 sofri uma fratura na anca esquerda. Fui hospitalizada no Hospital Amadora Sintra onde me fizeram uma prótese total da anca esquerda. Os cirurgiões disseram-me

que era uma operação muito delicada. Até saiu nos jornais. Correu tudo muito bem no Hospital. Quando tive alta, em Julho de 2017, fizeram-me uma prescrição para ter uns sapatos especiais e fui encaminhada para o Centro de Saúde para me prescreverem a necessária fisioterapia.

Para os sapatos tive de arranjar três orçamentos alternativos, pelo que só em Setembro de 2017 consegui entregar o pedido na Segurança Social. Estamos em Abril de 2018 e continuo à espera! Quanto à fisioterapia, o problema é que a prescrição médica do Centro de Saúde é limitada – uma tabela define o n.º de sessões que se pode ter ao longo do ano. No meu caso, devia fazer cinco sessões por semana mas só faço duas para prolongar a assistência no tempo.

JA – Para terminar diga-me, nestes anos todos voltou alguma vez a Cabo Verde?

Adriana – Sim, fui lá algumas vezes. Sempre que podia. Quando estive empregada era mais fácil, mas agora é muito difícil.

Produtos de apoio

O Decreto-lei n.º 93/2009 determina que a atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência deve ser gratuita e universal. Contudo, quase diariamente chegam queixas e reclamações à APD sobre as dificuldades de atribuição de produtos de apoio pelos centros prescritores e financiadores. Eis as mais frequentes:

- Os centros prescritores e financiadores justificam o atraso na atribuição de produtos de apoio alegando que não têm verbas;
- Exigência de pagamento de consultas por parte de centros prescritores;
- Atraso intolerável na atribuição dos produtos de apoio;
- Excesso de burocracia no processo de atribuição dos produtos

de apoio;

- Reduzido número de centros prescritores em pleno funcionamento;
- Falta de informação e preparação dos centros prescritores para identificar as necessidades dos beneficiários;
- Subordinação da atribuição de produtos de apoio à avaliação das condições socio económicas do agregado familiar;

Estes entraves à atribuição de produtos de apoio são contrários ao que está determinado na Lei. Há, pois, que denunciar os abusos e incumprimentos dos centros prescritores e financiadores, junto da APD ou diretamente para o INR usando o seguinte endereço: produtosdeapoio@inr.mtsss.pt

Leituras

No Referencial, revista da Associação 25 de Abril, n.º 128, de Janeiro-Março 2018, destacamos o artigo de Opinião “ Transformação de Portugal num Estado Exíguo”. Da autoria de Manuel B. Martins Guerreiro, o artigo explica com grande clareza como as sucessivas “ reestruturações e reformas administrativas do aparelho de Estado e da função pública” levadas a cabo, desde 2005, com o objetivo declarado de melhorar a

eficácia e a eficiência governativa, se traduziu de facto num “processo de desorganização, desarticulação e enfraquecimento do aparelho de Estado” e, subsequentemente, num decréscimo de qualidade dos serviços públicos. Artigo a ler obrigatoriamente para se compreender porque muitas das Leis da República não são cumpridas, sem que se saiba muito bem porquê nem a quem sacar responsabilidades pelo incumprimento.

APD lamenta falecimento de António Arnaut

A Associação Portuguesa de Deficientes apresenta as mais sentidas condolências a familiares e amigos do homem político que um dia sonhou e concretizou o Serviço Nacional de Saúde, ainda hoje uma das mais importantes conquistas de Abril. António Arnaut, nas suas intervenções públicas, sempre honrou essa criação com a sua defesa intransigente de serviços de saúde acessíveis, universais e gratuitos.



Dia da Segurança Social

Um dia para falar da inclusão universal

A celebração do «Dia da Segurança Social», 08/04/2018, salienta a relação inultrapassável: segurança social/inclusão; a voracidade dos grandes grupos pelo controlo da segurança social pública é mais uma forma de suprimir direitos, de subverter a Constituição, de aprisionar os trabalhadores, de enriquecimento ilícito, intimidando com os fantasmas da miséria, da fome e da pobreza como modos de alargar/perpetuar a exploração.

Como tolerar que, à revelia dos trabalhadores, grandes empresas contratem saúde privada, ao mesmo tempo que recusam sustentar a segurança social, geral, universal, pública?

Defender a «segurança social pública» é defender a única garantia possível/real da inclusão; à margem do Estado, através de políticas sociais, não foi, não é, não será jamais possível aspirar à inclusão; qualquer mudança rumo à sociedade inclusiva depende da intervenção do Estado: na definição, planificação, execução de políticas/programas de repartição da riqueza.

A segurança Social pública/universal, dirigida com a participação dos trabalhadores, é o único caminho para erradicar: o crescente roubo; a irreversível pobreza; a fome que se expande; este cortejo de imprevisíveis calamidades que se abateu, com desmesurada crueldade, por irremissível culpa do desditoso governo anterior, sobre os grupos vulneráveis.

A segurança social tem sido utilizada: para favorecer o capital; para iludir os trabalhadores; para aumentar os lucros do capital, oferecem a redução da «TSU»; para iludir os trabalhadores, repetem a mesma oferta: o capital aceita, porque, pagando menos, explora mais; os trabalhadores

A DDE/APD censurou a degradação planificada da gestão da segurança social: afastamento dos trabalhadores; submissão ao capital; cortes empobrecedores nas prestações pecuniárias(...)

devem recusar/rejeitar, sem hesitação; reduzindo a capacidade financeira da segurança social, podem arrecadar mais uns «tostões», mas as pensões futuras descerão; «pão para hoje, fome para amanhã», porque, como temos sofrido, se estas políticas de direita persistissem, todos os roubos seriam agravados, pois a



miséria, a pobreza, a fome, não comovem, nem comoveram, esta elite corrupta.

A Europa agravou a crise social: realçando a obstinação de destruir o «estado social»; enfraquecendo os gastos sociais; favorecendo a concentração da riqueza; tolerando a evasão de capitais; acolhendo aventuras belicistas; incentivando a delapidação dos recursos dos povos; ocultando todos os desvarios dos grupos financeiros, (os gestores da bolsa ganham 100 vezes mais que os trabalhadores) destacando a corrupção da grande banca. A DDE/APD censurou a degradação planificada da gestão da segurança social: afastamento dos trabalhadores; submissão ao capital; cortes empobrecedores nas prestações pecuniárias; utilização, por parte do Estado, dos recursos gerados pelas contribuições dos trabalhadores, visando assegurar o seu futuro; delírio privatizador; tolerância da corrupção, através de diversas estratégias, destacando o famigerado estatuto IPSS, génese de clientelas, compadrios, amiguismos.

Os factos recentes confirmam a pertinência das nossas críticas; quando serão apuradas responsabilidades por esta catadupa de contravenções à legalidade?

ADDE/APD assistiu, consternada, à audição parlamentar, 18/12/2017; salvo louváveis excepções, ouviram-se discursos vagos, retóricos, deselegantes, faltando reais projectos, programas, medidas, fundadas no regime democrático.

A mudança é possível, não através de falsas dádivas, mas mediante luta consciente/ constante! «as dádivas são tenebrosas, as conquistas são luminosas»!

Se adormecermos, se nos deixarmos intoxicar pela abjecta propaganda, se nos deslumbrarmos com falsas promessas, se nos confortarmos com perniciosas benesses, perderemos o pouco que ganhámos, retrocederemos à «noite das trevas», à tragédia da exclusão, da mendicidade, dos preconceitos, cessará a nossa dignidade, desvanecer-se-á o sonho inclusivo. Recusemos silêncio, a troco de magras benesses!

A segurança social é requisito fundamental da inclusão! Nenhuma pessoa com deficiência, nenhuma organização genuinamente representativa, poderá abster-se de esclarecer, vigiar, intervir, através de compromisso claro, na defesa da segurança social; são precisos aperfeiçoamentos?

É preciso corrigir critérios? é necessário combater clientelismos/corrupções? Os destinatários – trabalhadores, grupos desfavorecidos – façam propostas, protestem, reivindiquem, dialoguem, lutem, unidos, organizados...

As organizações representativas das pessoas com deficiência «verdadeiros peritos em matéria de inclusão» são convocadas a intervir, em defesa do futuro!

Segurança Social forte, requisito de inclusão!

Segurança Social – Inclusão Universal

Direção da Delegação APD-Évora

Prestação Social para a Inclusão

Foram realizadas Sessões de Esclarecimento sobre a Prestação Social para a Inclusão em Lisboa no dia 3 de Março e no Porto no dia 12 de Maio, com o objetivo de apresentar as fases que compõem a prestação social para a inclusão, quais os rendimentos que se podem acumular, quem tem direito e como aceder a esta prestação.

Será realizada ainda, uma Sessão de Esclarecimento sobre a Prestação Social para a Inclusão em Coimbra numa data a anunciar.

Luta pela acessibilidade



A luta pela acessibilidade é, desde sempre, uma das batalhas constantes da APD, consciente de que este direito é transversal a todos os outros direitos. Numa sociedade inclusiva é crucial que todos os obstáculos à livre circulação, ao livre acesso à comunicação, à cultura, ao desporto, à educação e outros, sejam removidos. É por isso que estas lutas em torno do concreto que é a vida das pessoas com deficiência nas cidades assume particular relevância.

A Associação Portuguesa de Deficientes, em conjunto com a Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa, realizou no dia 13 de Março, pelas 17h30, uma ação de protesto junto da estação do Metropolitano da Cidade Universitária (saída para a Aula Magna).

A estação do Metropolitano da Cidade Universitária, que além de servir as faculdades que aí se localizam, serve também o Hospital de Santa Maria, é inacessível para pessoas com deficiência

motora e está a inviabilizar, entre outros casos, um jovem residente em Odivelas de poder frequentar o Ensino Superior.

Apesar das inúmeras diligências efetuadas junto da Administração do Metropolitano de Lisboa pelo jovem e pela APD, e estando o Metropolitano obrigado a garantir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, ainda não há resposta para este jovem que vê a sua vida coartada pelo incumprimento da legislação em vigor, razão que motivou esta ação de protesto.

Para anunciar neste jornal,
por favor contacte os nossos
serviços comerciais
tel: 213 889 883/4 • fax: 213 871 095

Convite para reflexão sobre deficiência

A Delegação Distrital de Évora da APD promove, Borba, - Celeiro da Cultura, 14.h.30m - 23 de Junho 2018, reflexão (colóquio/seminário) subordinado ao tema: «deficiência, envelhecimento, limitações, sintomas de exclusão, intervenção global».

Analisando a intervenção social na região Alentejo, após verificar as disfunções no desenvolvimento coerente de políticas sociais adaptadas ao contexto regional, a DDE/APD inscreveu no Plano de Actividade 2018 a realização de reflexão vocacionada ao envelhecimento, identificando a equiparação das necessidades dos idosos, versus pessoas com deficiência. O tema foi seleccionado, porque não parece constar da agenda dos intervenientes vocacionados à inclusão global dos grupos desfavorecidos: na dimensão da rede de serviços disponíveis; na adaptação ergonómica de instalações; na formação de pessoal qualificado; na alocação de recursos ajustados. Igualmente é patente a desarticulação da actividade dos agentes, previsivelmente comprometidos neste modelo de acções.

As perdas – físicas, psicossociais – geradas pelas deficiências, atingem os cidadãos idosos, requerendo, com frequência, intervenções (multidisciplinares) idênticas, sem prejuízo de diferenciações significativas, quanto a duração.

Face à complexidade da temática em debate, a DDE/APD pretende mobilizar instituições e pessoal experientes, visando, na base de documento de trabalho redigido, (remetido aos interessados) alargar: propostas fundamentadas de intervenção; compreensão global de processos, modelos, atitudes inclusivas.

Acresce, na região, contingente de cidadãos (não idosos), ditos «deficientes sociais) excluídos ou em risco de exclusão, dependentes de respostas pluridisciplinares, desenhadas com base em complexas necessidades, insuficientemente diagnosticadas, afastados de identificação/planeamento nas políticas sociais tradicionais.

A DDE/APD tem a subida honra de convidar Va. Exa. A participar – intervir, querendo – no debate oportuno de temática extremamente urgente, face à evolução do tecido social da região.

Todos os receptores ficam convidados; esta missiva é, simultaneamente: notícia, destinada a suscitar reflexão; convite, mobilizador de participação/intervenção.



Participa na vida Associativa da APD
Por ti e pelos teus direitos

site: <http://www.apd.org.pt/>
email: info-sede@apd.org.pt
tel.: 213 889 883 | 213 871 095



Desporto - verdade desportiva?

A APD, escola de referência do desporto adaptado motor em Portugal, potencia e capacita dezenas de atletas e equipas em Portugal, trabalho ímpar e sem igual no nosso país desde 1972.

O nosso árduo trabalho infelizmente é ingrato e injusto mesmo entre as próprias equipas de desporto adaptado. É incontornável e quase impossível não falar sobre a "polémica" do momento, relativamente ao campeonato nacional de basket CR, onde a APD Sintra para disputar os playoff's, integrou vários internacionais estrangeiros. Efetivamente, a qualidade e competitividade destes jogos aumentou significativamente, a qualidade do espectáculo é completamente diferente, algo só visto em Portugal aquando do Torneio Internacional da APD Lisboa.

Contudo, é injusto e ingrato para os restantes clubes, atletas e dirigentes conseguirem competir em pé de igualdade perante um cenário destes, sem existir a mínima hipótese de contra-resposta.

É também injusto e ingrato para os restantes atletas da APD Sintra, atletas com deficiência, que se vêm privados de participar e competir, pois o que interessa é ganhar, não interessa como!

Na vida como no desporto não vale tudo e a Federação tem poderes para retificar no futuro este "vazio" dos regulamentos. Não somos da opinião de privar ninguém de competir, mas somos sim da opinião de criar regras claras, transparentes e iguais para todos.

A APD, sendo "A" escola de referência do desporto adaptado motor em Portugal, não se pode rever neste tipo de estratégias e contratações "pontuais", que pouco acrescenta à fase regular do nosso campeonato nacional, que pouco acrescenta para a captação de novos atletas e formação de novas equipas, que pouco acrescenta para que o desporto adaptado tenha mais visibilidade e mais impacto. Está aberta a polémica, ficamos a aguardar as cenas dos próximos capítulos.

Bruno Lopes

Porto

Agir pela inclusão

A delegação distrital da APD do Porto esteve presente como membro e parceiro do CLS – Contrato Local de Segurança do CERCO, no dia 2 de fevereiro, numa reunião do Núcleo Operacional a fim de definir e validar o respetivo Plano de Ação com identificação das medidas e ações destinadas a mitigar as vulnerabilidades identificadas e dar sequência ao respetivo trabalho sobre a primeira versão do Diagnóstico Local de Segurança do Porto. A reunião que se realizou nas instalações do CLS teve a presença da Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Dra. Isabel Oneto.

Reuniu a 16 de fevereiro no Plenário Extraordinário do Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia (CLAS), sobre o tema "Aviso de

apresentação de candidaturas para equipamentos sociais" que teve lugar no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia.

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da APD, a Delegação Distrital do Porto realizou, no dia 24 de fevereiro, a Assembleia Distrital e Apresentação do relatório de Atividades e Contas do Ano 2017.

A 27 de fevereiro esteve presente no 25.º Aniversário da Unidade Residencial Temporária da Casa da Maceda, equipamento da responsabilidade da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC).

Ainda no mesmo dia reuniu o Plenário do Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia (CLAS), que se realizou no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia.

A convite de um grupo de alunos da

Escola Secundária Almeida Garrett, em Vila Nova de Gaia, participou a 1 de março numa Palestra sobre o tema "Inclusão das Pessoas com Deficiência".

A 5 de março reuniu com o Vereador dos Pelouros da Habitação e Coesão Social e da Educação da Câmara Municipal do Porto, Dr. Fernando Paulo, a fim de tratar de assuntos relacionados com ambas as instituições. A reunião teve lugar na referida Autarquia.

Participou, no dia 27 de março, na reunião do Plenário do Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia (CLAS), que se realizou no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia.

A 10 de abril recebeu a visita nas instalações da APD-Porto, do Vereador dos Pelouros da Habitação e Coesão Social e da Educação da Câmara Municipal do Porto, Dr. Fernando Paulo.

Sessão de esclarecimento sobre a PSI

Informamos todos os interessados que no dia 12 de maio (mesmo dia do almoço convívio) pelas 15h a Delegação Distrital do Porto da APD levou a efeito uma Sessão de Esclarecimento sobre a Prestação Social de Inclusão - PSI.

APD Leiria

A nossa equipa de Andebol em Cadeira de Rodas no passado sábado dia 14-04-2018 sagrou-se Tetra Campeã Nacional de ACR 4.

Disputou a meia final da parte da manhã contra a equipa do IFC Torrence, onde ganhou sem dificuldade, apurando-se para a grande final da parte da tarde marcada para as 16h30 do mesmo dia.

Na grande final a nossa equipa defrontou a forte APD Porto onde Leiria não deu qualquer hipóteses de contestação dos nossos adversários vencendo o primeiro set 4-0 e o segundo set por 9-2.

Fazem parte desta equipa Marco Francisco, Manuel Sousa, Luís Ramos, Iderlindo Gomes, João Pedro, Cândido Delgado, Nuno Pedrosa, Patrícia Traquina, Nuno Nogueira, João Queiroz, Rafael Andrino, João Jerónimo, Pedro Marques (Dirigente), Maria Carvalho (Dirigente), Paula Virgolino (Dirigente) e José Bento Carvalho (treinador).



Notícias desporto

APD Braga conquista Taça de Portugal Basket CR 2017/2018.

APD Leiria conquista Tetra Campeonato Andebol 4ALL ACR4 e ACR6.

APD Lisboa Equipa Desporto esteve presente no 25 de Abril, no Dia Paralímpico Municipal em VF Xira e no Núcleo de Basquetebol de Queluz.

Torneio Internacional Inter-seleções

Integrado no estágio de 30 de Maio a 3 Junho, no CAR – Gaia em Vila Nova de Gaia, da Seleção Nacional Basket CR, decorrerá um Torneio Internacional nos dias 2 e 3 de Junho em Gondomar e Vila Nova de Gaia que conta com a participação das seleções da Áustria, Irlanda e Espanha (feminina). Mais de 50% dos atletas convocados são atletas da APD.



ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Propriedade Associação Portuguesa de Deficientes | Redação Administração e Publicidade APD - Lg. Rato, nº 1B, 1250-185 Lisboa, tl. 213 889 883/4, fax. 213 871 095, Contribuinte nº 501 129 430, Registo ICR nº 105 717 | Redação, Design e Paginação Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias, Lda. | Impressão Grafedisport- Impressão e Artes Gráficas SA. Estrada Consiglieri Pedroso nº 90, 2730-053 Barcarena | Assinatura anual (4 meses: 2€) | Depósito Legal 2667/89 | Tiragem 13 500 exemplares | Estatuto Editorial: <https://www.apd.org.pt/index.php/comunicacao-apd/jornal-associacao>



PORTE
PAGO